

NAS COLINAS DO IPIRANGA: PALACETE-ASILO, ESCOLA OU MUSEU ?

*Maria Lucia Spedo Hilsdorf**

RESUMO

Este artigo procura olhar a criação do Museu Ipiranga de um ponto de vista novo, o da história da educação escolar paulista, estabelecendo relações mediadas pela atuação de Rangel Pestana, líder republicano na década de 1880-90, na Província de São Paulo, entre ação política e cultural.

Unitermos: História da educação escolar brasileira; ensino na Província de São Paulo; Rangel Pestana educador; ensino secundário; Museu do Ipiranga.

Nas sessões da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo de 1882-83, referentes à 24ª legislatura, Rangel Pestana, deputado da bancada republicana (1) e principal elaborador da política de educação do partido (2), apresentou à discussão dois projetos de interesse da área de instrução pública: um plano de reforma do ensino elementar e normal elaborado por uma comissão da qual era membro e um plano de aplicação à área educacional dos recursos das "Loterias do Ipiranga".

* Professora do Depto. de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da USP.

1 — No biênio 82-83, a deputação republicana era composta de Pestana, Campos Sales, Prudente de Moraes, Martinho Prado Jr., Gabriel de T.P. e Almeida e o dissidente Ângelo Pinheiro Machado. Eram os "vermelhos", atuando em meio a 12 deputados liberais, os "azuis", 11 conservadores, os "amarelos", 2 mendistas (dissidentes ultramontanos dos conservadores católicos), os "roxos", 1 autonomista católico-democrático, "verde-rapé", e 4 indefinidos, os "furta-cor", na divertida classificação, provavelmente de A. de Campos, do *A Província de São Paulo* (doravante PSP), 22/01/1882, Seção Avulsa, dir. Fígaro.

2 — Sobre Pestana ver o meu texto *Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador*, S. Paulo: FEUSP, 1986, do qual este artigo aproveita parte do cap.IV.

Arrojados e provocativos, se confrontados com as demais medidas do legislativo no período, esses projetos podem ser vistos como tentativas de objetivação, na forma de leis, do ideário político-pedagógico do grupo social do qual Pestana era representante e líder. Suas diretrizes postulavam o incentivo à educação escolar com vistas ao desenvolvimento econômico e social capitalista da Província e à implantação de um regime de governo liberal-democrático de base federalista e descentralizadora. Desde os anos setenta haviam-se tornado flagrantes as deficiências do sistema de ensino oferecido pela monarquia, corrompido (3) em seus princípios e práticas, incapaz de satisfazer às necessidades do grupo social dos fazendeiros de café do centro-oeste paulista, "doblés" de empresários. Esses portadores das novas formas de riqueza (4) precisavam de uma rede escolar que oferecesse ensino moderno, científico, de nível secundário e superior, para as "classes preponderantes", e uma escola primária enriquecida nos seus conteúdos e extensa em termos de clientela, para a preparação da mão-de-obra livre. O sistema de ensino público existente, de responsabilidade dos poderes provinciais, estava reduzido a alguma centenas de classes elementares, avulsas, criadas pela Assembléia (não necessariamente providas, isto é, funcionando), cujo programa de estudos abrangia, de modo geral, a alfabetização, a prática das quatro operações e a doutrina cristã. O secundário público inexistia de fato e de direito, desde a lei nº 54, de 18/04/1868, sendo ministrado por instituições particulares, na forma de cursos avulsos e parcelados de preparatórios às Academias Superiores de Direito e Medicina, de responsabilidade dos poderes gerais. Como mostrou Mariotto Haidar (5), essa situação era o resultado de práticas políticas cinqüentenárias, que combinavam a descentralização do controle do ensino elementar, entregue às províncias, com a centralização direta do ensino superior e a indireta, ou pseudo-descentralização, do ensino secundário, pelo poder central: ao definir os estudos secundários apenas como canais de acesso aos cursos superiores, o Centro vinha mantendo os cursos avulsos de preparatórios aos exames de ingresso às Academias, como o padrão real de educação escolar, invalidando as tentativas empreendidas pelos poderes provinciais e pela própria iniciativa particular, de criação de cursos seriados e simultâneos em Liceus.

Polêmicos, a apresentação de ambos os projetos foi acompanhada de intensos debates, cujas falas enfatizavam tanto — ou talvez, mais — os aspectos políticos quanto os propriamente pedagógicos. As vicis-

3 — "Educação corrompida" é a expressão de M.L. Paris, *A Educação no Império: o jornal A Província de S. Paulo, 1875-89*, S. Paulo:FEUSP, 1980, para explicar a rejeição pelos republicanos do ensino mantido pelos poderes monárquicos.

4 — Ver Z.C. de Melo, *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-95*, São Paulo: Flucitec/SMC, 1985.

5 — Haidar, M. de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*, S. Paulo: Grijalbo/Edusp, 1971.

situações que envolveram a sua aprovação e execução, pois que foram alternadamente votados e revogados, espelham as tensões mas, também as aberturas existentes no pré-15 de novembro.

O projeto de reforma do ensino elementar e normal teve sua tramitação truncada, sendo votado somente na legislatura de 1886-87, da qual Pestana novamente participava. Embora alterado em relação ao texto original, a lei nº 81 de 06/04/1887 assegurou, entre outros pontos inovadores: a criação de uma carreira para o professorado primário, com a divisão das escolas elementares em três categorias e a exigência do curso normal completo para o desempenho da função; a adoção de um fundo para o financiamento do ensino, e Imposto de Capitação Escolar; a criação do curso primário seriado e progressivo; a adoção da metodologia intuitiva e concreta; e a descentralização da administração pela ação dos conselhos municipais e do Conselho Superior da Instrução Pública, cujos cargos eram eletivos. Com alguma solução de continuidade nos aspectos mais políticos – incompatíveis com a república centralizadora que se instalou – o projeto aprovado em 1887 está na base da ampla reforma da instrução pública que vigorou em São Paulo a partir de 1890, e que se tornou modelo também para outros estados do país.

Esse processo todo tem sido estudado por historiadores da educação brasileira e seu conhecimento tornou-se atualmente acessível. (6)

Já o projeto de aplicação dos recursos das "Loterias" teve uma outra trajetória, a qual, por sua vez, precisa ser ainda resgatada pela literatura da área. O desconhecimento dessa proposta, das circunstâncias e das questões que sustentaram essa propositura, e por implicação, o desconhecimento da própria atuação de Rangel Pestana como educador resultam, por exemplo, em que o centenário do edifício do Museu do Ipiranga (ou Museu Paulista da USP) fosse comemorado segundo a linha tradicional de interpretação que vê, no imponente prédio de linhas renascentistas levantado nas colinas do Ipiranga, nos últimos anos da década de 1880, o signo visível da celebração do 7 de setembro.

No entanto, da perspectiva da história da educação escolar, a criação do Museu do Ipiranga remete a muitas outras coisas: ao tema da definição de formas educacionais no âmbito de opções políticas e ao papel que o líder da propaganda republicana desempenhou nesse processo; a um momento da definição do ensino secundário como escolas das elites em meio a um processo de instalação de um regime liberal e

6 — Ver, entre outros, Casemiro dos Reis Filho, *A Educação e a Ilusão Liberal*, São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981; L. Tannuri, *O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: FEUSP, 1979 (Estudos e Documentos, 16) e o meu texto cit.

democrático. Para o estudioso é a oportunidade de constatar a permanência dos problemas e soluções da escola brasileira e sua base estrutural, de reconhecer a prática de acordos e transações, de verificar como se defendem pontos doutrinários e se utilizam recursos de propaganda política. É um episódio riquíssimo de significados para o conhecimento do período — e para os dias de hoje — que nos ensina sobre o uso político da educação. Mas, reconhecemos ainda, na investigação dos episódios que lhe concernem, manifestações muito humanas como exercício de poder, senso das circunstâncias, esperteza, idealismo, espírito crítico.

Ao que consta, a idéia de "glorificar os acontecimentos do Ipiranga" com a edificação de um marco comemorativo surgiu com Diogo de Mendonça Pinto, por ocasião do cinquentenário da Independência. Mas, foi apenas em 1880 que apareceram os recursos: nesse ano, a aprovação da Lei nº 49 de 06/04, e do respectivo regulamento de 10/06, permitiu o uso de três extrações da loteria provincial para a construção de um monumento nas colinas do Ipiranga.

É em editorial de fins de agosto desse ano de 1880 que Rangel Pestana sugere, pela primeira vez, no seu jornal *A Província de São Paulo*, a aplicação desses recursos à educação. (7) Nesse texto, Pestana começa por traçar um quadro geral do ensino no país, apresentando aqueles que considera seus pontos negativos capitais: o curso elementar deficiente, reduzindo "toda a ciência da vida ao saber ler, escrever e contar"; o secundário, antes "um modo de vencer o tempo para chegar rapidamente ao diploma que um meio de adquirir conhecimentos científicos"; o desconhecimento nas escolas públicas de métodos modernos de ensino; poucas verbas públicas para a educação; e o desinteresse dos particulares que não destinavam a essa área social o tanto de recursos que aplicavam a obras assistenciais. Propõe, então, ao presidente da Província, uma "atitude corajosa": retirar, das loterias programadas, metade das somas auferidas para custear a instalação de um liceu secundário. Diz que uma universidade também seria uma boa idéia. A Província poderia oferecer uma alternativa ao projeto de universidade agitado no Parlamento, nessa época, por iniciativa do poder central e formalmente apresentado, em 1881, pelo ministro do gabinete Saraiva, barão Homem de Melo (8): ela teria a significativa característica de ser "fruto da aspiração". Em sucessivos artigos (9) Pestana desenvolve essa idéia, argumentando que, se pessoalmente prefere um liceu secundário, a universidade poderia ser um estabelecimento útil e viável para a Província que, com as verbas das loterias, teria re-

7 — PSP, 28/08/1880, *Editorial* (doravante Ed.).

8 — Ver sobre esse projeto, R.S. Maciel de Barros, *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*, Boletim 241, São Paulo, FFCL da USP, 1959, em especial pp. 319-345.

9 — PSP, 22/9; 29/9; 2/10; 5/10; 2/12, todos 1880 e Ed.

cursos para edificar o monumento e mais um prédio para abrigar três ou quatro faculdades.

O debate recrudescceu: conservadores apoiaram a idéia de universidade paulista; os liberais falavam na inconstitucionalidade do projeto. A estes, Pestana respondia mostrando que o Ato Adicional de 1834 o autorizava, ao partilhar a competência da criação de novas escolas superiores entre a Assembléia Geral e as provinciais. Na verdade, essa defesa da criação de uma universidade paulista é um recurso de discussão manipulado por Pestana. Era conhecida de todos sua opção — que definia a do partido republicano — pela criação de escolas superiores isoladas, disseminadas pelas províncias. O alvo das colocações de Pestana era a política monopolista e centralizadora da Coroa, absentéista no mais das vezes, mas que agitava na ocasião uma proposta "anacrônica pelos seus requintes de centralização, pela anulação de qualquer esforço criador, pela irremediável sujeição do ensino superior à vontade governamental". (10)

A extração das "Loterias do Ipiranga" foi sendo adiada. No ano seguinte alterou-se o plano de aplicação: nem universidade, nem monumento memorial da Independência, mas, atendimento ao ensino elementar! A Assembléia Legislativa votou e o presidente da Província, agente do poder central, aprovou a lei nº 10 de 13/02/1881 que no seu parágrafo 1º, dispunha sobre a aplicação do dinheiro na construção de edifícios apropriados para dez escolas elementares, no interior, que seriam chamadas de "Escolas da Independência" ou "Liberdade". (11) "Ajustada" a finalidade dos recursos, fez-se correr dias depois, a 1ª extração das "Loterias do Ipiranga", que rendeu a soma de 1.000 contos de réis.

A aprovação dessa lei fora saudada por Pestana como uma vitória do pensamento dominante na Província. Quando, pois, em meados de 1882, contrariamente ao que fora decidido, espalhou-se a informação de que a comissão de obras do monumento, com apoio da presidência da Província, decidira destinar as verbas para a contratação do engenheiro-arquiteto italiano Tommaso Bezzi para a construção de um edifício-memorial e uma alameda ligando o bairro à cidade, Pestana reabriu a campanha contra o plano de aplicação das loterias, transformando-o numa verdadeira "questão do Ipiranga".

Ele se manifestou na imprensa e na Assembléia, apontando com clareza — e tanta atualidade — os pontos essenciais da situação:

"Já dissemos que o melhor, o mais glorioso e duradouro monumento para comemorar a Independência do Brasil é um estabe-

10 — Barros, Maciel de. *opus. cit.*, p.319.

11 — PSP, 07/11/1882, Ed.

lecimento de Instrução. Na imprensa desta e de outras províncias, as nossas considerações encontraram apoio. Não se pensa do mesmo modo no seio da comissão: prefere-se ali gastar mil e duzentos a mil e quinhentos contos com uma extensa alameda e quase outro tanto talvez com um custoso monumento figurativo de qualquer coisa, menos da alta compreensão que possamos ter de nossos deveres sociais. (...) a idéia de exprimirmos o nosso sentimento patriótico dispendendo muito dinheiro com movimento de terras, com obras de arte, algumas inúteis e com a formação da alameda, pode ter um único merecimento real na ocasião: fazer entrar no bolso de felizes empreiteiras alguns contos de réis. Para isso a comemoração oferece ao certo mais vantagem que a fundação do estabelecimento de instrução, reservando-se parte do benefício das loterias para a dotação de cadeiras e manutenção do pessoal necessário a um bom ensino e custeio do estabelecimento.

Levante-se no local histórico uma coluna, forme-se ali uma praça arborizada e se aproveite a estrada atual fazendo os consertos que permitam cômodo trânsito, e aplique-se o mais à instrução pública." (12)

Em outubro, a presidência da Província anunciou novas mudanças nos planos: a Província financiaria um grande internato para abrigar de 200 a 400 crianças pobres, com os recursos que sobrassem da verba aplicada à construção. Ministrando ensino elementar, o "Instituto Ipiranga" ofereceria o seguinte programa de estudos: instrução moral; instrução religiosa facultativa; leitura e escrita; noções de coisas; noções essenciais de gramática; elementos de aritmética, pesos e medidas; álgebra e geometria; noções de história e geografia do Brasil, de física, química e história natural aplicadas à indústria e usos da vida; elementos de desenho linear; música (solfejo e canto); ginástica; noções gerais dos deveres do homem e do cidadão (ou seja, organização política do Império); noções de lavoura e horticultura; economia social e prática manual de ofícios. (13)

Essa proposta era uma declaração de guerra. Qualquer um que estivesse minimamente atento à situação da instrução pública na época reconheceria no programa exposto uma aplicação do decreto 7.247 de 19/04/1879, iniciativa de reforma do então ministro do Império, o liberal C. Leôncio de Carvalho. Uma das referências inspiradoras em matéria de educação dos republicanos e liberais adiantados, o decreto 7.247 fora explicitamente apontado pelo próprio Rangel Pestana como fonte do projeto de reforma do ensino elementar e normal que ele aca-

12 — PSP, 27/07/1882, Ed., assinado R. Pestana. Ver também, 26/05, 27/5, 1/8, 16/9, todos 1882, Ed.

13 — PSP, 24/10, 25/10, todos 1882, Ed., ass. R.P.

bara de entregar à consideração do governo (14), bem como orientara a reestruturação do "Liceu de Artes e Ofícios", inaugurada nos incios de agosto desse mesmo ano como instituição de ensino profissionalizante, e, desde então, um dos estabelecimentos mais identificados com a atuação das lideranças democráticas e sua proposta de modernização da Província. (15)

A reação de Pestana foi imediata. No jornal *A Província* escreveu uma nova série de editoriais nos quais, argumentando que o menosprezo da lei aprovada, em favor de uma terceira proposta, lhe dava o direito de reapresentar o seu projeto inicial, desenvolve a sua primeira idéia de usar a verba para a construção de um prédio e formar o patrimônio do "Liceu Secundário, único a fornecer base segura à revolução industrial". Nesses textos faz ambas as coisas: ataca o projeto do "palacete-asilo... instituição má enquanto asilo, porque organizada pelo regime de internato, condenado pela ciência moderna da educação, e desnecessária enquanto escola, porque não poderia fornecer a educação técnica que as indústrias e a lavoura requeriam". De outra parte, retoma a proposta de construção do Liceu, cujas dependências poderiam abrigar também a Escola Normal, que funcionava em imóvel alugado (16):

"Somos pelas instituições de ensino secundário assentadas em largas bases, não desprezando todavia o fim da primeira concessão das loterias, o monumento. O fato pode ser comemorado no local do Ipiranga com uma coluna erguida em uma praça convenientemente arborizada. Ali se pode ainda fundar uma escola agrícola com certas proporções que sirva de asilo a um determinado número de rapazes pobres que careçam de instrução prática para lavoura. O principal destino, porém, a dar ao produto das Loterias do Ipiranga deve ser a criação de um estabelecimento de instrução com capacidade para as aulas de um bom Liceu, para as da Escola Normal e as especiais do Liceu de Artes e Ofícios. Convém portanto que o edifício seja levantado na cidade. Tiradas desse produto as despesas do edifício, o restante deve construir patrimônio exclusivo do Liceu Ipiranga, ficando o custeio da Escola Normal e da Escola Agrícola por conta da Província, e do Liceu de Artes e Ofícios por conta da sociedade que o tiver a seu cargo." (17)

14 — PSP, 6/8/1882, Ed.

15 — Ver PSP, 3/8/1882, *Noticiário*, que dá o resumo do discurso que Leôncio de Carvalho proferiu na ocasião.

16 — Era o prédio da rua da Boa Morte, nº 31, ocupado antes, pela secção feminina do colégio Morton, e entre 1876-78, pelo Colégio para meninas do próprio Rangel Pestana.

17 — PSP, 24/10, 25/10, 7/11, 21/11, 29/11, 30/11, 10,12,13/12 todos de 1882, Ed., ass. R.P.; 19/11, 22/11, 24/11, 28/11, todos de 1882, *Notas e Respiças*, ass. R.P. Também 12/12/1882, *Fatos e Boatos*, ass. A. de Campos e 29/10/1882, *Carta a R. Pestana*, ass. L.P. Barreto, manifestando apoio.

Nesse momento da discussão a proposta de Pestana sobre o Liceu parece um tanto mal resolvida, perdida em meio a argumentos retóricos de uma fala oposicionista e circunstancial. Mas, com o prosseguimento do debate, ela é mais trabalhada, e na condição de deputado, ele apresenta, no final desse ano de 1882, em sessão extraordinária de 20/12, um projeto concernente à matéria, que seria alterado, já em terceira discussão, por um substitutivo, também de sua autoria. (18) Minucioso, este último texto ampliava a proposta no sentido de contemplar várias instituições que, evidentemente, concretizam os modelos de educação que ele endossa. Pelo artigo 10, os benefícios das loterias seriam aplicados no financiamento de escolas que oferecessem cursos de ciências, com a seguinte distribuição: um conto de réis para uma Escola Agrícola a ser implantada no edifício-monumento do Ipiranga; um conto e 800 mil réis para o Liceu a ser erguido na cidade, para que "executasse um largo plano de instrução secundária": 200 mil réis para formar o patrimônio de um asilo de órfãos e ingênuos a ser instalado na Santa Casa de Misericórdia; o restante da verba seria dividida entre iniciativas particulares já atuantes na Província, o "Liceu de Artes e Ofícios" e o "Seminário das Educandas", da capital, o "Colégio Culto à Ciência" de Campinas, o "Instituto Novo Mundo" de Itu, e o asilo de órfãos anexo ao "Colégio Conceição" de Pindamonhangaba. (19) O "Liceu do Ipiranga" forneceria instrução de nível secundário em letras e ciências, em cursos seriados e integrados, mas, que poderiam ser também freqüentados como preparatórios avulsos para os exames parcelados às Academias; também a Escola Agrícola ofereceria um curso geral de preparatórios para os alunos-trabalhadores. Pestana recuperava, assim, para o poder público, a idéia de escola secundária formadora do adolescente, e avançava a de formação técnica não estanque, embora com clientela diferenciadas. Reconhecendo o caráter elitista do "Liceu Científico", justificava sua instalação como do mais alto interesse público:

"Entre nós não se compreende que a ciência não se vende como café ou milho, carne seca ou feijão; que não é a grande procura

18 — Ver *PSP*, 15/3/1883, *Ed.*, 7/1/1885, *Ed.* e 28/1/1885, *Monumento do Ipiranga*. A matéria de 1883 reproduz o substitutivo; a de 1885, no editorial, a íntegra da proposta inicial e a do artigo, o discurso que Pestana pronunciou na Assembléa justificando a proposta substitutiva.

19 — Os colégios "Culto à Ciência" e "Instituto Novo Mundo" eram iniciativas, bem conhecidas, das lideranças democráticas e liberais, no campo da instrução elementar e secundária. Sobre as escolas da Santa Casa ver *PSP*, 23/7/1886, *Ed.* e também 8/3/1889, *Seção Livre*. O "Colégio Conceição", por sua vez, era um colégio que oferecia um currículo tradicional de instrução secundária e primária para meninas. Em 1882, quando da inauguração do novo prédio, instituiu-se uma caixa de beneficência em prol dos órfãos da cidade, solicitando-se ajuda à Assembléa Provincial. O parágrafo 3º do artigo 2º do projeto de Pestana devia, provavelmente, estar atendendo ao pedido. Ver *PSP*, 17/2/1882, *Noticiário*; 9/4/1882, *Aviso*; 3/1/1884, *Seção Livre*; e 6/8/1885, *Anúncio*. Quanto ao "Seminário das Educandas", o "Seminário da Glória", a sugestão de Pestana é muito interessante, pois embora instituição provincial, estava entregue desde 1870 à direção das Irmãs de São José: era uma das escolas "recusadas" de que fala M.L. Paris, *opus cit.*

que deve determinar a criação dos estabelecimentos que servem o público, não se compreende que cinco ou dez homens bem preparados, solidamente instruídos valem mais mais que cinquenta ou cem pretenciosos a correrem atrás do governo em busca de um emprego para viver o mais comodamente possível e o menos independente. A influência benéfica daqueles sobre uma sociedade nova vale a pena a despesa que se faça para habilitá-los a exercê-la." (20)

Entre a proposta da comissão do "palacete-asilo", que denunciava como um ato de "simples cortejo às classes pobres" e a idéia das "Escolas da Liberdade", que poderia incitar ao compadrismo disfarçado em "defesa dos interesses locais", Pestana ofereceria o seu projeto como uma medida de bom senso.

Bastante desfigurado por emendas que apenas asseguraram a pulverização dos recursos em favor da subvenção de inúmeras outras escolas, o projeto foi aprovado em 1883, mas, sem alcançar a maioria dos 2/3 de votos. Pestana ficou satisfeito quando o presidente Soares Brandão não sancionou a lei da Assembléia, que por sua vez não podia promulgá-la, já que não alcançara os 2/3. Mas, Soares Brandão também não suspendeu a construção do prédio, que já começara a ser edificado sem que tivesse ficado definida a sua finalidade. (21) O impasse permaneceu. Em meados do ano seguinte, 1884, o vice-presidente em exercício trouxe da corte uma nova modificação nos "planos do Ipiranga", que a comissão endossou: far-se-ia "Um grandioso edifício-monumento na colina e um modesto asilo-escola na cidade", em terreno desapropriado ao Recolhimento da Luz, utilizando-se todas as verbas disponíveis, com exceção do dinheiro destinado às escolas da Santa Casa. Embora reconhecendo que essa proposta incorporava aspectos do seu próprio projeto, Pestana protestou violentamente, em nome dos princípios descentralizadores. As "Loterias" eram assunto da Assembléia Provincial e o poder central, através de seu agente executivo e a comissão de obras, exorbitavam de suas competências. (22)

Em 23/03/1885, finalmente, o presidente Couto Ferraz sancionava a lei, alterada para permitir a instalação no prédio que vinha sendo erguido no Ipiranga, de um "Instituto Científico e Tecnológico" e de uma alameda ligando-o à cidade. Pestana escreveu, na ocasião, não se preocupar com o traçado da avenida: "Nossa intenção não é cele-

20 — PSP, 6/1/1888, Ed.

21 — PSP, 14/3/1883, *Seção Livre*; 10/4/1883, *Notas e Respigas*, ass. R.P. Pestana.

22 — O PSP, 27/7/1884, *Noticiário*, transcreve, sem comentário, o contrato firmado a 16 do mesmo entre o governo provincial e a comissão do Ipiranga. Para as manifestações de Pestana ver PSP, 27/7, 29/7, 27/8, 14/10, 10/12 e 11/12, todos 1884, Ed., ass. R.P.

brar o trotar do ginete imperial. A tanto não sobe nosso patriotismo". Mas, quando foram iniciadas as obras, Pestana estava lá, discursando entre os outros convidados. (23)

Sabemos que a construção do edifício prolongou-se pelos últimos anos da década de 1880. Em 1888, Pestana tornaria pública (24) sua preocupação com o destino das verbas, lembrando que a municipalidade deveria buscar em outras fontes os recursos para a construção, preservando os valores que a lei destinara ao "Instituto": 10 contos de réis para o prédio, 4 contos para seus laboratórios, a biblioteca e o mobiliário das salas de aula, além da verba do patrimônio. E não era sem razão. Em meados de 1886, o balancete da comissão do monumento revelara que, do fundo disponível de 804:032\$382 rs. acrescidos dos 72:062\$469 de renda, já haviam sido gastos 334:432\$124 rs. apenas com as obras do edifício. (25)

Membro do governo provisório do Estado, Pestana vai visitar as obras do monumento. Encontrando-se com os construtores e os integrantes da comissão promete que "o governo republicano iria dar ao edifício uma aplicação apropriada a desenvolver as forças produtivas do Estado e a instrução do povo". Será que ele pensava em rever de novo suas propostas sobre a escola que iria ocupar o prédio? Um mês depois de publicar essa entrevista, seu jornal, atualizado para *O Estado de São Paulo*, estampava dois editoriais intitulados "A Grande Reforma" e "A Reforma Correlata" (26), nos quais retoma suas teses sobre educação, como diz um autor, prudentemente, mas já como intenção de governo. (27) Não há destaque para o tema do ensino secundário. Seus interesses parecem estar todos concentrados na questão do ensino normal e elementar, que sempre agitara por força das opções político-pedagógicas do seu grupo pelo ensino popular, mas também porque estava diretamente envolvido com a proposição e a implantação da polêmica reforma de 1887.

O "Instituto Científico e Tecnológico" não foi instalado, nem no Ipiranga, nem alhures. Pestana foi chamado ao Rio, para atuar no governo central. Mas, entre 1891-1893, o governo republicano paulista criou, e fez instalar, três ginásios para o ensino secundário, científico e literário, a Escola Politécnica para o ensino das matemáticas e ciências

23 — PSP, 25/3, 27/3, todos 1885 e *Noticiário*: 24/4, 29/4, todos 1885, Ed., ass. R.P.

24 — PSP, 18/3/1888, Ed.

25 — "Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga, Cons. Joaquim Ignácio Ramalho (7.9.1886)", *Anais do Museu Paulista* XX (1966): 353-365.

26 — PSP, 4/12/1889, *Noticiário*; *O Estado de São Paulo*, 4 e 10/1/1890, Ed., ass. R.Pestana, apud Reis Filho, cit, pp. 33-35.

27 — Reis Filho, cit. p. 33, com a ressalva de que a Junta Governativa da qual Pestana fizera parte já fora dissolvida, transformada em Governo único do Estado, desde 14/12/1889.

aplicadas às artes e indústrias, e uma Escola Superior de Agricultura, além de uma Escola de Medicina, não instalada. Os estudiosos não apontam ligações entre esse movimento e as reivindicações de Pestana (28), não obstante, elas podem, como vimos, ser traçadas.

Quanto ao prédio do Ipiranga, pronto e acabado, ficou desocupado de 1890 a 1894. Em 07/09/1895 foi inaugurado como Museu e Panteão Nacional. À falta do que evocar e celebrar como instituição histórica — já que, recentíssima, a República não iria estimular o imaginário monárquico, nem ela própria tinha um passado significativo para a sociedade paulista no seu todo, para ser preservado — o destino do prédio-monumento do Ipiranga foi, durante várias décadas, converter-se em Museu de História Natural...

ABSTRACT

This article looks at the creation of the Ipiranga Museum from a new point-of-view — from that of the history of São Paulo's scholastic education — and establishes relationships between political and cultural action mediated by the efforts of Rangel Pestana, who was a republican leader from 1880 to 1890 in the Province of São Paulo.

Key-words: History of Brazilian scholastic education; education in the Province of São Paulo; educator Rangel Pestana; secondary education; Ipiranga Museum.

28 — Reis Filho, cit. pp. 150-177; também para o ginásio secundário, Elza Nadai, *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana, 1889-1890*, Estudos e Documentos, 26, S. Paulo: FEUSP, 1987. A posição do já cinquentenário Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, 4ª ed., S. Paulo: Melhoramentos, 1964, continua instigante, apontando para o que sabemos hoje: a inspiração desse "movimento remodelador" ocorrido em São Paulo, na década de 1890, pelas idéias e técnicas pedagógicas norte-americanas (p. 632), as quais são sinônimos da atuação político-pedagógica de Pestana e seu grupo, segundo estabeleci no meu texto cit.